LUTA POPULAR E SINDICAL - LPS

Outubro de 2015, Nº 0, Ano I, Brasil - 20 mil exemplares

contribua
R$2,00

TERCEIRIZAÇÃO:
ESCRAVIZA, MUTILA E MATA!
Movimento: Mundo do Trabalho Contra a

UNIFICAR AS LUTAS E CONSTRUIR UMA GREVE GERAL PARA DAR UM BASTA NA RETIRADA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES

Quem é a LPS

Pedro Paulo (Pepê)

A Luta Popular e Sindical – LPS é uma organização sindical, cultural e política. Militantes de diversas partes do País, viram-se necessitados e comprometidos na formação de um novo agrupamento operário que se debruçasse, com vigor, no combate à precarização do trabalho no Brasil.

A LPS se apresenta enquanto uma organização marxista, leninista e trotskista, e está engajada a defender e levar adiante a bandeira do socialismo, lutando com destemor e convicção pelo fim de qualquer forma de exploração expressa na sociedade de classes, ou seja, pelo fim dos opressores e dos oprimidos e pela utilização de todos os meios tecnológicos de produção para o bem estar comum de toda a sociedade humana.

Na defesa de uma sociedade igualitária, comprometemo-nos em contestar, incansavelmente, a ideologia do sistema capitalista em todas as suas formas, e lutar, sem trégua, pelo fim da propriedade privada, contra o aparato repressivo e beligerante da burguesia, contra o Estado, suas instituições e diversos outros esquemas que violentam, oprimem e fragmentam a classe trabalhadora para, daí, subtrair mais valor e inviabilizar a disputa do poder político à classe trabalhadora e demais conjunto dos oprimidos.

Na luta pela emancipação dos oprimidos, incluído aí a classe trabalhadora, faremos dos estudos e da formação marxista uma importante arma da nossa construção.

Neste momento de profunda crise político-econômica do sistema capitalista, onde, no Brasil, os capitalistas, atrás do governo de frente popular, desgastam desesperadamente a Presidente Dilma e seu partido (PT), através do "fogo amigo"

(PMDB), próprio de toda política de "Frente Popular", a pressão das oligarquias burguesas é ainda mais draconiana sobre os trabalhadores brasileiros. Projetos de Lei, há anos engavetados no Congresso Nacional são votados a toque de caixa, com o aval da pseudo-esquerda e com a inércia da burocracia nos aparelhos sindicais.

Com doze centrais sindicais e mais de onze mil sindicatos, federações e confederações de trabalhadores (sem contar cerca de cinco mil sindicatos de patrões de contrapeso), disputando os cerca de dois bilhões de reais de verbas do "Estado" destinada ao movimento sindical, mais imposto sindical, etc, as reivindicações históricas (e até mesmo as imediatas) dos trabalhadores, são deixadas de lado. As principais lideranças sindicais passaram de mala e cuia para a política de colaboração de classes e almejam seu lugarzinho ao sol, ou seja, querem cargos (e bons cargos) no meio da burguesia opressora.

Nesse sentido, os trabalhadores terão que contar com eles próprios e disputar o espaço vazio em todos os locais de trabalho, deixados pela burocracia sindical, e dar novo reordenamento à luta da classe trabalhadora. Desta luta farão parte todos os que não se venderam, nem perderam sua identidade de classe operária e explorada.

A LPS faz parte desse conjunto de trabalhadores que se mantêm firme no propósito de construir o processo de emancipação política dos trabalhadores, diante do Estado e da burguesia, parasitária e opressora.

A LPS se organiza para lutar:

Pelo Fim da propriedade privada e dos aparatos repressivos do Estado;

Pela expropriação do latifúndio pelos trabalhadores. Terra para quem dela precisa e nela trabalha;

Contra a privatização dos serviços públicos e reestatização das empresas privatizadas. Estatização dos bancos. Transporte público gratuito e de qualidade;

Não ao trabalho escravo. Não à precarização do trabalho. Não à terceirização. Não à perda do poder de compra do salário. Gatilho automático de salários toda vez que a inflação atingir 5%;

Pelo fim do desemprego. Redução da Jornada de trabalho para 35 horas semanais. Trabalhar menos para que todos trabalhem;

Saúde e Educação públicas e de qualidade. Verbas pelo governo só para o segmento público. Nenhum recurso para a iniciativa privada;

A água é um bem natural que pertence a toda a humanidade e não pode ser privatizada ou servir as grandes empresas em detrimento da população. Chega de devastação do meio-ambiente, reflorestamento imediato das áreas destruídas;

Não à discriminação racial e de gênero. Unidade dos trabalhadores contra a exploração e fragmentação do ser humano pelos capitalistas;

O pobre e a classe trabalhadora não podem pagar pela crise feita pela burguesia. Taxação sobre as grandes fortunas. Imposto único e somente para os ricos.

Pelo Socialismo!

O modelo brasileiro se desmascara – A última guinada à direita do Partido dos Trabalhadores

Cordeiro de Abreu

Corrupção, contexto econômico desfavorável, popularidade em cheque... Confrontada à múltiplas dificuldades, a presidenta Dilma Rousseff teve a chance de preferir a audácia. Ela, no entanto, preferiu ceder (mais uma vez) às exigências do capital.

"Dilma capitulou diante dos mercados". Esta frase que saiu no cotidiano Valor Econômico, o diagnóstico negativo não parte de uma organização de extrema esquerda... Foi formulado por Luiz Gonzaga Beluzzo, um economista "moderado" que era conselheiro do Partido dos Trabalhadores até quando da data do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

O plano de rota seguido do resultado de outubro de 2014 não cessa nunca de chocar os trabalhadores brasileiros (bem como a todos que votaram no PT – inclusive parte de seus militantes). O mesmo partido que se dizia o último bastião dos trabalhadores contra uma ameaça de um retorno de um partido neoliberal (não que este também não o seja) ao poder, coloca como ministro da fazenda um ex-banqueiro (presidente de uma filial de ativos do Banco Bradesco) que nunca, nem ao menos em falácia, atuou em prol do desenvolvimento da esquerda ou da classe operária brasileira.

Comprometido com o aumento do lucro dos grandes "investidores" no Brasil, Levy começou seu plano de recuperação econômica, valendo-se da fórmula mais antiga usada pelo capitalismo: O esfacelamento das políticas e direitos trabalhistas. Ora, até mesmo os altos escalões dos "Chicagos Boys" (panteão do neoliberalismo há décadas) achariam ultrapassada e antiquada esta medida (que revela de onde vem e para onde vai a mão invisível na economia brasileira). Todavia, a mesma parece fazer brilhar os olhos da "valente" Dilma Roussef. Levy, portanto, começa por uma gigantesca redução das despesas e investimentos públicos, sobretudo àqueles alocados aos domínios da saúde e da educação. O "novo ministro" elimina, para além disso,

subvenções previamente acordadas aos bancos públicos, os obrigando a aumentar as taxas, bem como a recrudescer as condições de financiamento, achatando assim a economia (ou seria o crescimento das classes C, D, E e F?), a instituição bancária mais desmantelada: O BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, carro-chefe da economia nacional, com uma carteira de crédito – e empréstimos – superior a 575 bilhões de reais. Com isso, a taxa diretora do Banco Central (SELIC)recebe um mísero aumento de 11% à 12,75%, em março de 2015.

Não toquem no meu Whisky

Com o discurso de que "o País não se encontra em condições para uma ampliação das políticas sociais, a presidenta Dilma Rousseff justifica o vilipendear dos direitos do cidadão brasileiro. A partir daí, observa-se a fragilidade das políticas sociais do PT, ou melhor, o sucesso do programa de entrega dos direitos dos trabalhadores realizado pelo Partido dos Trabalhadores: o endividamento constantemente crescente das famílias, o congelamento da política de crédito fixo e o aumento aos céus do crédito consignado (com pequenas doses de taxas absurdas a serem pagas) – fruto de uma política que visa impossibilitar o acesso a esse; a desvalorização do papel moeda (mesmo que o dólar seja para o trabalhador brasileiro uma espécie de "cabeça de bacalhau" em que sempre se escuta falar mas nunca por aqui deu as caras).

Face a um contexto tal como esse, Dilma ("coração valente") poderia sim, ter optado por reformas estruturais, rompendo verdadeiramente com o modelo econômico liberal, forjado pelo ex presidente Fernando Henrique Cardoso (que também atende pela alcunha: Não me lembro de nada). Um aumento inteligente sobre os impostos (sobre os lucros, o patrimônio, as sucessões, etc.) e uma baixa ligada as taxas de interesse teriam saneado as finanças federais e permitido a abertura de um novo ciclo de industrialização, diferentemente do que fazem as taxas atuais, orientadas na ordem de 40% a serviço da dívida (pública).[1]

O que se vê, então, é que a presidente prefere trilhar outro caminho... abalada pela fragilidade da economia, a possibilidade real de registrar dois anos seguidos de estagnação – em outras palavras, recessão - , o raquitismo concernente ao investimento do setor privado no País e a ameaça inflacionista (uma vez que a alta dos preços flerta com a casa dos 10%), nossa excelentíssima Dama de Vermelho (talvez por problemas de desvalentia coronariana) decidiu fazer... nada. Deixar de lado. Realizar um pacto com o sistema financeiro e seus oráculos[2], tanto no plano da política externa quanto no âmbito da política interna.

Não nos enganemos em pensar que esta é a primeira vez. Já em 2011, a presidente se convenceu da urgência de se colocar em obra uma estratégia similar pelos mesmos motivos. Na ocasião ela assim havia decidido um aumento da taxa diretora do Banco Central de, 9,9% à 12,5% em oito meses, amputando cerca da metade dos projetos do governo federal. Os resultados revelaram-se então dolorosos: um mergulho às profundezas onde o crescimento econômico miraculosamente transformou-se de 7,5% em 2010 a 2,73% em 2011 (e a propósito, cerca de 0,20% em 2014). As finanças brasileiras

beberam no «coquetel explosivo» criado por Madame Rousseff: aumento simultâneo das despesas operacionais e financeiras (a serviço da famigerada dívida pública, que se eleva agora a categoria de 13º trabalho de Hércules) durante a quase totalidade de seu mandato. A presidente, outra vez, teve sua chance (mas resolveu deixá-la passar) de reduzir as margens do capital especulativo. Ela preferiu, mais uma vez, decapitar linhas de crédito nacionais de maneira a evitar um conflito político, o qual estimava arriscado.

A eterna ameaça de um "golpe de Estado Constitucional"

Todos estes recuos econômicos ecoaram sobre o plano político. O governo de coalizão inaugurado em 1º de janeiro de 2015 se caracteriza por uma forte presença dos coronéis do PMDB e os setores mais conservadores do Partido Progressista (PP). Os membros do PT não se fazem presentes em mais do que 13 dos 39 ministérios e secretariados nacionais, contra a esmagadora maioria que controlavam, quando do primeiro mandato da presidenta Rousseff[3]. Para além das finanças, a composição do governo reflete um esforço pelo abandono da abordagem da educação e desenvolvimento (industrial interno), focando-se enormemente no setor de comércio exterior.

As escolhas da presidenta não traduzem em uma melhora (nem de maneira parcial, muito menos de um ponto de vista concreto da situação). Os cortes budgetários revelam escancaradamente a cólera e um sentimento de traição por parte da classe trabalhadora, onde a popularidade do governo despenca à medida que não se cessam os escândalos e aumenta-se todo dia a impunidade (vide o caso do presidente da Câmara, Eduardo Cunha) e a exploração sobre o cidadão deste País.

Como se não bastasse, há em jogo um aumento de força dos setores de extrema direita no País, encabeçados por charlatões como Bolsonaro, Olavo de Carvalho, dentre outros arítetes do neoliberalismo e organizados em pequenos grupos de burgueses fascistas como o "Revoltados On Line", "Movimento Brasil Livre", etc, que exigem a destituição da presidente. Dilma nada mais faz do que desencorajar a luta política dos trabalhadores, num processo de capitulação ímpar e de permissividade absoluta.[4]

Neste contexto, o parlamento – o mais conservador desde o fim da ditadura militar em 1985[5] - vê seu papel ganhar força. Ele agora pode contar com o apoio das mídias conservadoras e do poder judiciário para bloquear uma reforma do sistema político[6] e regulamentar o setor de informações, num retrocesso sem precedentes, afim de reestabelecer o poder das oligarquias que detém o monopólio da informação (e que podem ser contadas em uma mão[7]).

Uma parte da base do PT e dos movimentos sociais, exigem uma reorientação da política do partido e um retorno a seu programa (?). O que nós queremos é diferente e bem mais simples: um confronto assumido para com o capitalismo em sua vertente neoliberal que tanto estrangula os trabalhadores, diminuindo direitos e disseminando a terceirização; uma verdadeira exposição da luta de classes existente no interior de qualquer esfera onde domine o capital e, finalmente, o fim do complexo de vira-latismo frente aos países do G5 e o fortalecimento dos direitos dos trabalhadores e cidadãos brasileiros.

Notas:

1 – Ler Geisa Maria Rocha; Le Monde Diplomatique, 2010

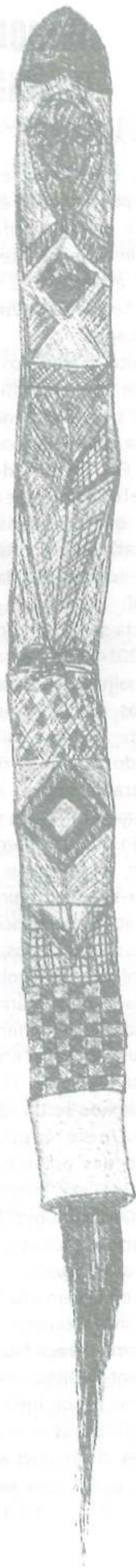
2 – Ler Renaud Lambert; "Le Brésil, ce geant entravé", Paris, Gallimaud, 2009

3 – Ler o esclarecimento: "Importante perceber que com a redução de 08 ministérios, já em andamento, a tendência do PT é perder um número maior de ministérios e ficar ainda mais à mercê dos "aliados" mais conservadores."

4 - Ler Maurice Lemoine; "En Amérique Latine, L'ère des coups d'état en douce", Paris, 2014

5 – Ler Laria Oualalou

6 – Ler Silvio Caccia Bava; Eleitores a venda, Rio de Janeiro, agosto de 2015

7 – Ler Renaud Lambert, "En Amérique Latine, des Gouvernements affrontent les patrons de presse", Le Monde Diplomatique, Dezembro de 2012.

No momento em que toda a sociedade brasileira acompanha ativamente o desenrolar dos acontecimentos políticos, fica evidente que não basta apenas estar com a leitura dos jornais em dia para entender o que está ocorrendo. No volume de informações que é veiculado todos os dias é necessário identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo. Fazer isso é fazer análise de conjuntura.

Na verdade a todo momento e em relação às mais variadas situações fazemos "análises" de conjuntura sabendo ou

> "A análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse."
>
> Betinho

DADOS DE CONJUNTURA ECONÔMICA

Asclepíades Oliveira

Antes de a atual crise eclodir, deixar o câmbio valorizar para manter a inflação próxima ao centro da meta afetava a rentabilidade das empresas exportadoras, mas não significava desestímulo ao investimento produtivo. A inclusão de 40 milhões de pessoas no mercado de consumo, por conta das políticas de distribuição de renda, dos aumentos reais do salário mínimo e do acesso ao mercado de crédito, especialmente ao consignado, com condições (prazos e juros) melhores, ampliou o mercado interno e estimulou a indústria.

Nesse contexto, o processo de perda de competitividade pelo qual passava a economia brasileira permaneceu "camuflado" pelo crescimento do mercado doméstico, enquanto o aumento do emprego formal contribuía para manter elevado o grau de confiança do consumidor.

Na fase atual da crise global de deterioração da situação econômica e financeira dos países da zona do euro, o governo Dilma procurou, a partir de meados de 2011, adotar medidas para reativar o nível de atividade. Flexibilizou a gestão do sistema de metas de inflação, rebaixou a Selic mesmo com a inflação próxima ao teto da meta, reeditou medidas implementadas anteriormente de estímulo ao consumo e ao investimento, e direcionou os bancos públicos, dando-lhes condições patrimoniais, via capitalização, para aumentarem a oferta de crédito com juros mais baixos em relação aos praticados pelos bancos privados.

No entanto, os mais recentes resultados dos indicadores no Brasil são gritantes no sentido de indicar que a produção encontra-se sob um processo recessivo, com contínua queda do nível de atividade econômica, haja vista o esgotamento da política econômica petista baseada em renúncias fiscais (isenção ou redução do IPI) e do endividamento das famílias da nova classe média:

Indicadores Agregados da Atividade Econômica – 2015					
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Índice de Atividade Econômica IBC-BR (%)	-1,49	-1,02	-0,06	-0,73	-0,02
Producão Total (IBGE %)	-0,8	-1,4	0,5	-0,9	-1,5
Indústria de Transformação (IBGE %)	-1,0	-1,3	0,3	-0,8	-1,4
Bens de Capital (IBGE %)	-3,3	-5,4	0,4	-4,1	-1,9

O fim do período eleitoral de 2014, o ajuste fiscal iniciado em 2015 e a Operação Lava-Jato são os principais causadores dessa redução de atividade, ou seja, são questões de natureza interna da economia.

Paralelamente à queda da produção e como efeito imediato desta, cresce o desemprego em todas as áreas de atividades, ressaltando-se que esse indicador atingira seu mais baixo nível em dezembro de 2014 (cerca de 4,5%), tendo demonstrado um crescimento vertiginoso, já que em maio deste ano já superava a casa dos 6,5%.

No campo internacional, o panorama econômico está relativamente estável, com todas as economias ainda tentando sair da crise, mas muito mais devagar do que o esperado. Os Estados Unidos ainda têm uma economia que patina e posterga uma mudança mais drástica em sua política monetária. Como consequência, as taxas de juros na economia americana continuam em patamares muito baixos enquanto no Brasil, o aumento da taxa básica Selic deve continuar a atrair capitais externos, infelizmente para o conjunto da economia brasileira, de caráter mais especulativo do que produtivo. Apesar de sua relativa desvalorização desde o ano anterior o real não sofre, pelo menos no curto prazo, de uma forte possibilidade de desvalorização real significativa.

A situação macroeconômica do Brasil não pode ser caracterizada como desesperadora, como querem pintar alguns analistas da grande mídia, dado que o País é detentor de enorme volume de reservas cambiais.

	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014	Ago/2015
Reserva Cambiais BC (US$ bilhões)	373,1	358,8	363,6	368,2

A inflação, premida pelos aumentos dos preços administrados pelo Governo Federal e pela desvalorização do real frente ao dólar americano, apresenta-se com tendência de estabilização em patamar superior ao centro da meta (4,5%) por um longo período, haja vista que o Governo Dilma não conta com respaldo político do Congresso Nacional para implementar medidas mais impopulares do que as já levadas a cabo por Joaquim Levy.

	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Inflação (IPCA do IBGE %)	1,32	0,71	0,74	0,79	0,01

Nos meses mais recentes, os fatores de maior peso sobre a inflação e as capitais onde se registraram as maiores elevações de preços em 2015 foram:
Jan – Alimentação (1,48%), Habitação (2,42%) e Transportes (1,83%). Maior alta: Rio de Janeiro
Fev – Transportes (2,20%) e Gasolina (8,42%). Maiores altas: Salvador e Recife.
Mar – Habitação (5,29%). Maior alta: Porto Alegre.
Abr – Saúde e Cuidados Pessoais (1,32%). Maior alta: Curitiba.
Mai - Energia Elétrica (2,77%). Maior alta: Recife
Jun – Despesas Pessoais (1,63%), Jogos de Azar* (30,80%) e Empregado doméstico (0,66%). Maior alta: Brasília. (* Jogos de Azar = mega sena, lotofácil etc.).
Jul – Habitação (1,52%), Energia Elétrica (4,17%) e Água e Esgoto (2,44%). Maior alta: Curitiba.

As informações sobre a inadimplência, medida pelo Banco Central em relação ao número de consultas feitas ao SPC/SERASA, cuja quantidade caiu de 2,1 milhões em março para 1,9 milhões em agosto de 2015, demonstram que, em média, de cada 100 consultas realizadas 7,4% dos tomadores de crédito/empréstimos são pessoas com histórico de dívidas descontroladas e que não poderão ter acesso a crédito por largo período. A redução no número de consultas ao SPC/SERASA, que foi de 9,5% entre março e agosto deste ano, indica retração na demanda de bens e serviços comercializados na economia.

	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Inadimplência BC (%)	8,1	7,5	6,9	7,9	6,7

A continuidade da ocorrência de indicadores nos mesmos patamares que os aqui demonstrados leva à expectativa de longa duração desse período de descenso econômico, com severos reflexos sociais sobre as camadas mais pobres da população. Nesse período, é provável que uma grande fatia dos integrantes da "nova classe média", que ascendeu entre 2003 e 2014, faça o caminho de volta em direção à periferia.

Citando dados do SPC Brasil, o jornal SUPER Notícias, de 20/05/2015, página 13, de Belo Horizonte, informa que a realidade da inadimplência foi o trágico despertar dos sonhos de consumo dos mais pobres, concluindo que "Quatro entre cada dez brasileiros estão inadimplentes" e "sendo de 55,3 milhões o número de inadimplentes no Brasil".

Resumindo, o que os trabalhadores e as classes mais pobres podem esperar no atual cenário econômico-financeiro

internacional é mais arrocho, inclusive no resgate de seu elevado endividamento pessoal, mais privatização, mais cassação de direitos (a reforma da CLT está na pauta, sob o pretexto de desoneração das folhas de pagamento para aumentar a competitividade das empresas), mais desemprego com menos seguro-desemprego, mais terceirização e precarização das relações trabalhistas e das condições de vida, menos direitos previdenciários, menos educação, menos saúde, menos segurança e toda uma série de negatividades que certamente se abaterão sobre o proletariado, que é sempre chamado a "pagar o pato" das contas dos lucrativos desajustes econômicos engendrados pelos proprietários do capital financeiro e dos meios de produção. Ante esse quadro de iniqüidades, cabe às entidades da classe trabalhadora o papel essencial de organizar a resistência aos atuais e futuros ataques às condições de sobrevivência dos trabalhadores.

SAÚDE: CORTES ONDE ERAM NECESSÁRIOS MAIS INVESTIMENTOS

Cleide Donária

Os cortes nas áreas sociais como educação, habitação e saúde vem atingindo de maneira absurda a população trabalhadora. Na saúde o orçamento previsto para 2016 foi reduzido em cerca de 10 bilhões de reais. Por isso a falta de leitos hospitalares aos mais ordinários dos medicamentos. Falta de insumos e de profissionais, tem levado literalmente à morte àqueles que precisam deste serviço.

O SUS é o sistema de saúde de milhões de brasileiros, que faz desde prevenções e campanhas de vacinação até transplante de órgãos. Mas este sistema que deveria receber mais verbas se vê atacado pelo próprio Ministério da Saúde onde setores privatistas defendem as Parceria Público Privado. Os setores privados escolhem exames e procedimentos que dão lucros mais imediatos deixando aos hospitais

públicos os procedimentos mais onerosos como, por exemplo, as internações de longa permanência, como vítimas de acidentes com politraumatismo.

O descaso do governo Dilma com o Sistema Único de Saúde (SUS), ficou evidente quando a saúde privada (planos de saúde) não restituíram aos cofres do SUS milhões de reais pelo atendimento realizado para seus conveniados na rede pública, principalmente em grandes urgências.

Os cortes feitos através do ajuste fiscal atingem setores de vigilância à saúde como as zoonoses que teve o quadro de profissionais reduzidos em todos os municípios. No Rio de Janeiro, por exemplo, os casos de dengue confirmados aumentaram, bem como os casos de mortes.

Somos contra a privatização da saúde e defendemos que ela seja pública, gratuita e de qualidade para o povo. E também a valorização dos profissionais da área saúde que estão submetidos a condições precárias de trabalho com baixos salários e ameaçados de demissões.

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LEGITIMAÇÃO DOS CRIMES CONTRA O TRABALHO

Luciano Pereira

Os pilares da sociedade capitalista se articulam sobre dois direitos: de um lado o Direito de Propriedade, historicamente legitimado e defendido pelos detentores do capital e de outro, o Direito do Trabalho, insistentemente atacado, cuja vigência e vigor dependem da permanente e incansável luta da classe trabalhadora.

Nosso ordenamento jurídico prevê que determinados ataques a esses direitos caracterizarão a prática de crimes. Todo o nosso aparato judiciário e policial está preparado para repelir de modo efetivo as condutas atentatórias ao Direito de Propriedade, contando ainda com o irrestrito apoio dos setores econômicos e da mídia nessa tarefa. No entanto, quando se trata de inibir os ataques aos direitos dos trabalhadores, muitos deles tipificados como delito penal, o Judiciário, a polícia e a mídia se omitem.

Temos assistido, cotidianamente, a criminalização dos movimentos sociais, por meio da prisão de manifestantes e dirigentes sindicais; a declaração pelos Tribunais de "abusividade" das greves,

com a imposição de pesadas multas aos sindicatos; a tentativa de caracterizar as organizações sociais como verdadeiras quadrilhas de delinqüentes; e a permanente guerra da mídia contra todo tipo de luta social.

Por outro lado, os freqüentes ataques ao Direito do Trabalho, por meio da supressão de garantias constitucionais asseguradas aos trabalhadores não são coibidos pelo Estado e, muitas vezes, são legitimados pela mídia. Práticas criminosas como Subtrair Direitos Trabalhistas (artigo 203 do Código Penal); Aliciar e/ou Traficar trabalhadores (artigos 206 e 207 do Código Penal) e Submeter Trabalhadores ao Trabalho Análogo ao de Escravo (artigo 149 do Código Penal) são delitos impunes em nosso país.

Ao contrário do que ocorre com a criminalização de práticas atentatórias ao Direito de Propriedade, quando a violação se refere ao Direito do Trabalho assistimos uma grande articulação dos setores empresariais, com o apoio da mídia, para refrear qualquer ânimo punitivo e converter graves crimes em pequenas irregularidades, com a freqüente aquiescência do Judiciário.

Eis um grande desafio que a classe trabalhadora tem diante de si: preservar e dar maior efetividade aos direitos tão duramente conquistados por décadas de luta, coibindo os ataques e violações das normas trabalhistas e, ao mesmo tempo, impedir a criminalização dos movimentos sociais e a legitimação de tamanho retrocesso no processo civilizatório, tornando menos arbitrárias e mais democráticas as relações de trabalho ou, em outras palavras, aplicando as conquistas da cidadania ao mundo de trabalho.

EXPEDIENTE

Cleide Donária
Roberto Francisco Pereira
Marcos Welington de Lima
Pedro Paulo de Abreu Pinheiro
Robson Gomes Silva
Rosane Maria Cordeiro

Tel: 55 (31) 3237-7612
lpsindical@gmail.com
R. Carijós, 141, Sl. 1203, Centro
30.120-060 - Belo Horizonte - MG

A OCUPAÇÃO URBANA E A EXCLUSÃO SOCIAL

Reginaldo Luiz Cardoso

Segundo a sociologia urbana, a cidade se define por três aspectos: tamanho, densidade e diversidade. Isso é uma cidade: um lugar onde há muita gente, junta e diversa. Ou seja, a cidade é um território, um coágulo, fruto das relações sociais.

Reduzir a cidade a uma dimensão, seja o Circuito Cultural Praça da Liberdade, Igreja da Pampulha ou o Mercado Municipal, é esconder a diversidade, é a negação da cidade. Estabelecer a cidade como imagem publicitária dela mesma é um processo simbólico que tem consequências concretas. Cria-se a utopia de uma cidade sem pobres, mas os pobres existem nessa cidade. A solução encontrada é mandar para longe esse elemento que corrompe a cidade perfeita. É negar à maioria pobre o direito à cidade, uma vez que a única homogeneidade que o capitalismo tem historicamente, em seu horizonte, é a desigualdade social.

Atualmente a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é formada por 34 municípios e aparece no ranking nacional como a terceira em importância socioeconômica do país. Se entre as décadas de 1950-70 teve um forte desenvolvimento, em fins da década de 1980, a metrópole veio a conhecer uma forte estagnação acompanhada de uma também forte perda de identidade. O primeiro sinal de sua reestruturação pode ser apontado pelo Plano Diretor de 1996 – Lei Municipal 7.165.

São três os discursos tradicionais que operam no ordenamento espacial da RMBH. O primeiro é a cidade em si, enquanto capital do Estado: serviços, tecnologia e cultura. Aparece como sede de um sistema estadual e regional de inovação, onde o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa e tecnologia seria estimulado. Seriam expandidos os serviços produtivos e pessoais modernos e também atividades culturais. O segundo é o setor voltado para Nova Lima. Esse município seria um espaço para moradia das classes de alta renda em busca de uma (re)localização que incorpore a dimensão ambiental e a segurança privada, além de concentrar serviços avançados e sedes de grandes empresas instaladas na RMBH e seu entorno. E terceiro, o da Cidade Industrial, no qual Contagem e Betim manteriam o discurso das 'cidades industriais'.

Recentemente fez-se um quarto discurso em busca de um novo eixo de desenvolvimento da RMBH: o chamado Vetor Norte. Este se fez sob duas frentes. A primeira, via Governo do Estado de Minas Gerais, começou operar em 2004. A retomada da utilização do Aeroporto Internacional de Confins é considerada o marco zero deste processo. E que teve como âncora a construção da Linha Verde. Depois veio a Cidade Administrativa (2010), fora da cidade e retirando o trabalhador da cidade. A segunda frente fez-se via setor privado: o Aeroporto-Indústria, o Polo de microeletrônica, o empreendimento Precon Park e os investimentos na Granja Werneck (ou região da Ocupação Izidora: Vilas Rosa Leão, Esperança e Vitória). O Vetor Norte representaria os anseios de se criar uma "novissima economia mineira", baseada nos serviços de ponta, na indústria de tecnologia avançada, na inovação e sustentabilidade ambiental. Tudo isso, de acordo com as expectativas e tendências da economia globalizada contemporânea.

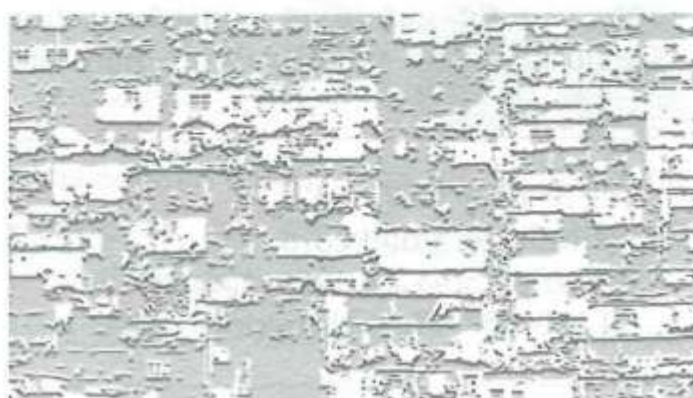
Em todos os discursos, a máxima de que são os empresários que entendem da/de cidade, ou, que é o mercado que entende de cidade.

Assim sendo, como podemos qualificar uma região metropolitana? Como aquele território mais ou menos urbanizado que fica em torno de uma grande cidade e depende dela. Trata-se de um território colonizado por uma grande cidade, que explora seus recursos (água, solo, trabalho etc), impõe-lhe seu modo de organização e em troca recebe aqueles equipamentos ou infraestruturas que a grande cidade expulsa: indústrias mais ou menos incômodas ou poluidoras, urbanização marginal ou secundária, aeroportos, rodovias, presídios, plantas de tratamento, aterros sanitários. Da mesma forma que nos processos de colonização, destrói estruturas e relações socioculturais para impor outras de caráter muito mais precário, substitui relações face a face por outras muito mais anônimas, altera as relações de trabalho com contratos de emprego cada vez mais precários, substitui os modos de alimentação, lazer, habitar, de viver por outros progressivamente padronizados e produzidos em massa. Em suma: A metrópole tende a impor a "urbanidade" e a excluir todo o não normativo, das formas de trabalho até as formas de cotidianidade.

Esta centralidade subordina o território metropolitano ao vento do mercado que lhe dá um alto valor de troca que anula absolutamente seu valor de uso. Isto é, age potencializando a mais-valia dos negócios privados. Mas, como vimos, essa centralidade só é possível se existe um espaço subordinado, uma periferia, de características totalmente opostas.

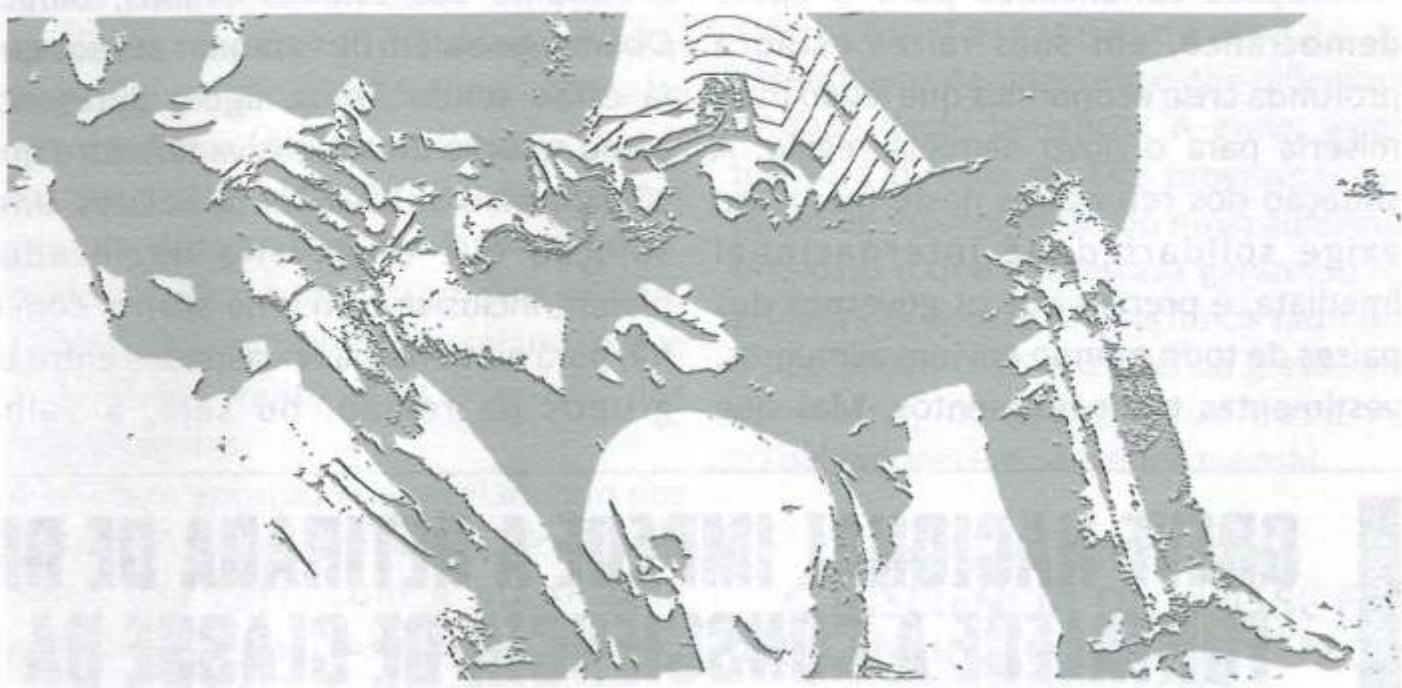
Nessa lógica, essa periferia é tratada puramente como espaço marginal. Se o que se considera cidade é aquela organizada e produzida segundo padrões urbanos regulados por normas de ocupação e princípios da propriedade privada do solo, a periferia aparece como a anti-cidade. Urbanisticamente é a imagem inversa ou o clichê negativo da cidade. São, analisadas em seu conjunto, 'territórios reserva' de acumulação de capital. Social e economicamente também estão fora do sistema regular de produção, consumo e formação. Seus habitantes constituem a reserva de mão de obra metropolitana e, portanto, o subemprego e o desemprego são situações dominantes, derivando outra série de problemas por demais conhecidos.

Dentro dessa lógica perversa, a equação é resolvida através da gestão do medo. Mantendo-se parte da população em condições de precariedade, criminalizada socialmente e guetizada urbanisticamente, permite-se alimentar facilmente os cidadãos "normalizados" com o medo e a insegurança. Sentimentos estes que, por sua vez, constituem valiosos recursos econômicos e políticos para a produção e gestão de segurança.

Em definitivo, podemos considerar que a miséria é o recurso básico que

alimenta uma amplíssima gama de setores econômicos da área de segurança: indústrias de construção, eletrônica, armamento, seguros. Igualmente, alimenta o discurso político em um duplo sentido. De um lado, o das promessas vãs de melhorar as condições de vida da população marginal (algo que atrai votos). Por outro lado, a garantia de segurança para o cidadão 'normalizado' (algo que igualmente atrai votos). Ambas as orientações do discurso constituem a base ideológica da criminalização indiscriminada dos habitantes de 'territórios-reserva' e da gestão pública do medo.

Como sair desse impasse? Primeiro é preciso vencer o analfabetismo urbanístico, um alheamento do ambiente que molda as nossas vidas e dos quais dependemos para a nossa sobrevivência. De acordo com a urbanista Ermínia Maricato, "combater o analfabetismo urbanístico significa compreender a estratégia das forças selvagens que faz do solo urbano e dos orçamentos públicos pasto para seus interesses". Listar as forças que têm poder sobre a produção das cidades já seria um tema fundamental desse aprendizado. Ato contínuo, é preciso fazer que a legislação sobre as nossas cidades sejam aplicadas. Temos, desde 2001, o Estatuto da Cidade, lei que regulamenta o capítulo de política urbana da Constituição Federal de 1988, tendo como base a função social dos imóveis urbanos. Ela prevê a obrigatoriedade de um Plano Diretor às cidades com mais de 20 mil habitantes; o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) como forma de medir os efeitos de qualquer empreendimento imobiliário. Isso mediante audiências públicas. O Estatuto é extenso, mas é necessário salientar que o IPTU progressivo no tempo, é um dos seus instrumentos mais importantes, cujo objetivo é fazer com que um imóvel cumpra a sua função social, colocando limites ao direito de propriedade, dando a todos o direito à cidade.

Para funcionar devem-se desmontar consensos e instituir conflitos. Esta é a definição da prática democrática segundo o filósofo político Jacques Rancière. O consenso já nos mostrou demasiadamente seus efeitos perversos. Concluindo, a cidade está em disputa e a última palavra sobre ela ainda não foi dada.

Estado Islâmico e imperialismo: uma tragédia no Oriente Médio.

Marcos W lima

As agressões à população no Oriente Médio parece não terem fim, imagens de palestinos sendo humilhados e mortos por israelenses virou cena comum apesar da grande mídia ser controlada pelos interesses do imperialismo norte-americano e do movimento sionista. Mostram árabes e mulçumanos como terroristas. Sabemos que estes povos conviveram de maneira pacífica por longos anos naquela região. Mas interesses imperialistas acabaram a convivência respeitosa. Na palestina o que existe não é uma guerra, mas um massacre arquitetado e executado pelo estado israelense fundado em 1948 com armas sofisticadas para atacar pessoas cujo único modo de defesa são pedras. Os palestinos tiveram quase todo seu território tomado à força, expulsos de suas casas que foram destruídas e em seu lugar novas construções para os "colonos" judeus.

Fruto da política imperialista, principalmente dos Estados Unidos, o Estado Islâmico (E.I.), também conhecido no início pela sigla ISIS, sigla em inglês, para Estado Islâmico do Iraque e da Síria, é uma dissidência da Al-Qaeda e de outros movimentos jihadistas, a quem julgavam moderados, muitos deles financiados pelos Estados Unidos. O objetivo do E.I. seria a criação de um califado islâmico, aproveitando o caos instalado no Iraque com a invasão americana e britânica em 2003. Passaram a controlar a região que faz fronteira com a Síria e a praticar atos terroristas e combater o ditador sírio Bashar al-Assad, com isto passaram a contar com ajuda financeira da Turquia, Arábia Saudita e Qatar, além da enorme renda que tem com a exploração de petróleo no Iraque. O grupo já controla diversas cidades na Síria e nestes territórios cobram impostos, praticam mercado negro com petróleo, traficam carros e armas. Seu combate contra as forças de Bashar al-Assad e outros grupos dentro da Síria tem sido tão violentos que vem causando um verdadeiro êxodo da população civil para países vizinhos, envolvendo principalmente crianças e idosos. As cenas de execução praticadas pelo grupo são cinematográficas de alta resolução e profissionais. Esta guerra também travada nas mídias sociais é parte da estratégia do grupo. Os norte-americanos repetem estas cenas, inclusive de decapitação, para justificar sua intervenção e os enormes gastos dela decorrentes.

Mas outras cenas começaram a ocupar espaço no mundo midiático, a situação degradante dos refugiados em campos que mais parece concentrações nazistas. O apelo humanitário é necessário, mas não suficiente. A guerra civil na Síria já dura mais de dois anos e não tem perspectiva de um fim imediato. O ditador Bashar al-Assad, mantem um grupo armado fiel e os rebeldes estão, ao que parece, cada dia mais numerosos. Os confrontos que se iniciaram na "Primavera Árabe" a partir de 2010 e que

se espalhou e derrubou ditaduras em alguns países da região do Oriente Médio e norte da África encontrou forte repressão na Síria. Apesar de serem revoluções canalizadas para o apelo democrático, em suas raízes estão a profunda crise econômica que levou mais miséria para o povo daquela região. A situação dos refugiados neste momento exige solidariedade internacional imediata, é preciso que os governos dos países de todo mundo enviem alimentos, vestimentas e medicamentos. Mas que também abram suas portas para receberem milhares de pessoas que não podem mais viver naquela região. Ao contrário da solução apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que além dos ataques aéreos que já estão sendo feitos, agora apresenta como solução uma ofensiva terrestre que custaria mais de 8 bilhões de dólares. Uma solução que envolveria intrincados planos, inclusive com uma aliança com o Irã, para aumentar as rivalidades entre os grupos na região, ou seja, a velha estratégia de dividir para conquistar.

A solução possível seria a unidade dos grupos populares organizados a partir da Primavera Árabe que retome as reivindicações do final de 2010 e por abaixo a camada dos super-ricos aliada do imperialismo norte-americano. A partir daí estabelecer um programa mínimo entre os diversos grupos para expropriação dos donos do petróleo e não se deter na substituição de um senhor por outro.

correios

GREVE NACIONAL IMPEDE A RETIRADA DE DIREITOS HISTÓRICOS E FORTALECE A CONSCIÊNCIA DE CLASSE DA CATEGORIA ECETISTA

Robson Gomes Silva

A greve nacional dos trabalhadores dos Correios acabou depois de muita pressão e muitas "manobras" da burocracia sindical, ligada ao PT/Articulação e ao Conlutas (PE), que tentaram de todas as formas impedir a mobilização da categoria em nível nacional em busca das reivindicações econômicas e sociais.

As negociações da campanha salarial começaram com um mês de antecedência da data base da categoria e mesmo assim não avançaram. A direção da ECT, com seus dirigentes indicados politicamente pelo governo, mais uma vez mostrou toda sua truculência oferecendo o reajuste de 0% além da implantação de cobrança de mensalidades no plano de saúde de até 13% sobre o salário bruto dos trabalhadores. A direção da ECT mostrou claramente que sua intenção não era negociar, mas sim levar o acordo para o TST, inclusive com registro em ata de uma das reuniões sobre essa pretensão.

Com a insistência de proposta miserável e cobrança no plano de saúde, os trabalhadores não tiveram outra saída senão a greve nacional da categoria. A greve teve adesão nacional e apesar das manobras da burocracia sindical os trabalhadores passaram por cima das direções vacilantes e deflagraram a greve. Mesmo com Sindicatos ligados a articulação sindical/PT e o Sindicato de Pernambuco dirigido pela Conlutas não terem aderido a greve nacional eles não conseguiram evitar a adesão nacional. Por outro lado, Sindicatos ligados a ao PC do B/CTB entraram em greve em São Paulo e Rio de janeiro pela pressão imposta pelos trabalhadores de base da categoria que já haviam sido traídos em diversas outras oportunidades por suas direções.

A GREVE NOS ESTADOS E A LUTA DA CATEGORIA

A greve nacional com atos e passeatas importantes em todos os Estados mostrou a força da categoria em nível nacional. Nos Estados em que a LPS – Luta Popular e Sindical faz o debate sério com os companheiros, a greve foi marcada pela combatividade dos trabalhadores. No Estado do Amazonas os companheiros fizeram uma greve vigorosa mesmo depois de já terem realizado outra greve, um pouco antes da greve nacional da categoria, por falta de condições de trabalho. Ou seja, os Amazonenses realizaram duas greves fortes e não recuaram diante dos ataques da ECT. No Piauí, o companheiro José Rodrigues juntamente

com os trabalhadores da base realizou uma greve forte e bem organizada. Uma greve que contou com denúncias e vídeos explicando a tentativa de amedrontar a categoria com o Dissídio Coletivo. Estas explicações rodaram todas as bases sindicais e ajudou a fortalecer a greve nacionalmente. Na Paraíba os companheiros da oposição se mantiveram firmes na greve e criticaram a postura "patronal" do secretário geral do SINTECT-PE que apoiou a primeira proposta da direção da ECT numa aliança com o PT/articulação. No Rio Grande do Sul os companheiros da LPS – Luta Popular e Sindical – se mantiveram firmes na greve participando de toda organização do movimento. Dá-se destaque no Rio Grande do Sul para os embates nas assembleias que aconteceram durante o movimento grevista em que a direção da ECT enviava pessoas para tentar quebrar o movimento. Os companheiros defenderam de forma vigorosa a greve e os direitos dos trabalhadores contra o reajuste zero e a cobrança de mensalidades no plano de saúde. Em Minas Gerais os trabalhadores fizeram como de costume uma greve forte com características bem diferentes desta vez. Uma paralisação muito boa no complexo operacional, além de que aconteceu uma situação diferente em que mais de cem cidades fizeram greve. Regiões importantes como Norte de Minas, vale do Aço, Vale do Mucuri, Vale do Rio doce, Sul de Minas e região metropolitana entraram em massa na greve. Uma situação muito boa para unificação da luta em Minas Gerais.

ESTUDOS DA LPS MOSTRAM A ECONOMIA DA ECT COM A POLÍTICA DE "REAJUSTE" EM FORMA DE GRATIFICAÇÃO

Nós da LPS – Luta Popular e Sindical fizemos e distribuímos nacionalmente uma análise técnica sobre a imensa economia que a direção da ECT faz ao conceder aumento em forma de gratificação. O estudo mostrou que o ideal para os trabalhadores é o aumento em percentual, porém não o aumento pífio que apresentaram no TST. O ganho para os trabalhadores do aumento em percentual, que seria imediatamente incorporado nos salários dos trabalhadores com retroatividade a agosto, daria um aumento igualitário a todos os trabalhadores da ECT respeitando o princípio da isonomia na Constituição Federal "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza..."O aumento em forma de gratificação não tem incidência em anuênios, férias, adicionais, horas extras e demais rubricas de caráter pessoal dos salários dos trabalhadores. Ao passo que o aumento em percentual é sobre todas as rubricas do salário, o que aumentaria muito mais o salário dos trabalhadores.

A ECT tem apostado no nivelamento dos salários dos trabalhadores pelo menor valor. Ou seja, com a política de gratificação os trabalhadores mais antigos vão a cada acordo coletivo tendo seus salários rebaixados o que é ruim para a categoria. Essa estratégia serve para ir sucateando a ECT aos poucos para depois vender a "preço de banana" (com uma folha de salários rebaixada) como fizeram com a Vale do Rio Doce e outras empresas públicas.

Essa política de gratificação mostra que devemos ter mais união ainda entre os trabalhadores de todas as áreas da ECT, pois os profissionais técnicos e os de nível superior que não são indicados políticos e que entraram na ECT através de concursos públicos também estão com seus salários achatados por conta desta política de gratificação. Nós da LPS estamos na base da categoria na luta e esperamos todos para fazer um debate sério sobre essa situação que está comprometendo os salários de todas as áreas da ECT. Esta análise é para refletirmos que a greve é para a defesa do interesse de todos os trabalhadores e por isso todos devem lutar.

ECT MOSTRA SUAS INTENÇÕES E DEPOIS RECUA DIANTE DA GREVE

A força da greve nacional obrigou a direção da ECT a recuar quanto a retirada do plano de saúde (implantando cobranças de mensalidades) e a retirada de anuênios, dos 70% de férias, mudança do período do adicional noturno, plano de saúde diferenciado para as novas contratações, etc. Todos estes ataques aos direitos históricos da categoria foram colocados pela direção da ECT como proposta de minuta para o Dissídio Coletivo. Isso mostra que devemos ficar atentos e ampliar a nossa mobilização nas próximas greves, pois a direção da ECT não vai descansar enquanto não retirar todos os direitos históricos dos trabalhadores. Com a greve os trabalhadores conseguiram amarrar a situação do plano de saúde às assembleias da categoria o que dificulta a retirada deste benefício. A greve ainda forçou a direção da ECT programar um plano de incorporação do novo adicional proposto o que não estava garantido na primeira proposta. Destacamos também o não pagamento dos dias da greve, em dinheiro, o que prejudicava os trabalhadores em sua renda mensal.

A GREVE AMPLIA A CONSCIÊNCIA DE CLASSE E NOS ENSINA COMO DEVEMOS TRAVAR A LUTA

Esta campanha salarial serviu em primeiro lugar para unificar a categoria em diversos Estados denunciando toda a manipulação da direção da ECT dentro de vários Sindicatos. Ou seja, mostrou que os trabalhadores de base devem se organizar para retomar esses Sindicatos para si, não permitindo qualquer intervenção patronal nas entidades dos trabalhadores.

Em segundo lugar serviu para aumentar a consciência de classe dos trabalhadores que unificou a categoria nos mais diversos lugares e regiões, mostrando que o mais importante critério para garantir os direitos históricos e para ampliar nossas conquistas deve ser o da união da classe trabalhadora. Se quisermos manter nossas conquistas e um Correio público e de qualidade devemos permanecer unidos nesta guerra.

Por fim, parabenizamos todos os companheiros que se mantiveram firmes e unidos nesta batalha que impediu o plano nefasto de cobrança de mensalidades no nosso plano de saúde, embora a situação continue feia para todos nós.

Neste sentido conclamamos todos os trabalhadores de luta para debatermos em conjunto a necessidade de organizar a LPS – Luta Popular e Sindical em todo país para que possamos, pela base da categoria, construir um agrupamento nacional que planeja e fortaleça uma luta mais vigorosa na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores em geral, e em particular dos ecetistas.

Façam contato conosco e participem das plenárias e dos cursos que estamos realizando em vários Estados.

AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA GREVE E DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS DO ACORDO COLETIVO 2015/2016

Asclepíades Oliveira

Em 28 de setembro de 2015 (segunda-feira), a assembléia geral do SINTECT-MG decidiu rejeitar a proposta de reajuste salarial apresentada à categoria ecetista pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em audiência de conciliação entre a ECT e a FENTECT, bem como encerrar, a partir de zero hora de 29 de setembro, a greve iniciada às vinte e duas horas do último dia 15, autorizando a Diretoria do Sindicato a adotar as providências administrativas e judiciais cabíveis para a continuidade da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores dos Correios na sua base territorial.

A greve teve um caráter inédito na base do SINTECT-MG, registrando-se menor participação dos trabalhadores da Grande BH e mais intensa mobilização nas unidades do interior, tendo atingido cerca de cento e dez municípios, notadamente os mais afetadas pela falência do nosso Plano de Saúde. Além de ter transcorrido quase sem nenhum incidente (salvo o atropelamento do companheiro Robson Gomes Silva, Presidente do SINTECT-MG, praticado por uma chefe da ECT), a greve teve ampla cobertura da mídia, fato também inédito na história das nossas lutas.

Análise das Cláusulas Econômicas

No que respeita às cláusulas econômicas, a conciliação do dissídio terminou com a formulação da seguinte proposta econômica da ECT e do Tribunal para a categoria, no que tange ao reajuste salarial:

"Aumento linear dos salários em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) a partir de agosto de 2015, e de R$ 50,00 (cinquenta reais) a partir de janeiro de 2016, a título de gratificação, incorporável ao salário, sendo R$ 100,00 (cem reais) em janeiro de 2016, R$ 50,00 (cinquenta reais) em agosto de 2016 e R$ 50,00 (cinquenta reais) em janeiro de 2017".

Além disso, como decorrência do ACT 2014/2015, também ocorrerá a "Incorporação da GIP (Gratificação de Incentivo à Produtividade) no valor equivalente a 25% dessa gratificação a partir de maio de 2016".

A proposta do TST está muito aquém de atender as reais necessidades de recuperação das perdas salariais do conjunto dos trabalhadores da ECT, cujas reivindicações básicas nesta campanha salarial abrangeram piso salarial de R$ 3.377,62, decorrente de reajuste salarial de 12%, aumento fixo de R$ 300,00, incorporação da GIP (R$ 150,00) e acerto das perdas anteriores a agosto de 2014.

A proposta da ECT e do TST perpetua a violação do direito à igualdade de reajustes na data-base assegurado pela Constituição Federal, causando prejuízos a todos os trabalhadores dos Correios, como veremos logo abaixo. Por outro lado, pela sua extensão até janeiro de 2017, a proposta sinaliza REAJUSTE SALARIAL DE 0% na data-base 1º de agosto de 2016.

Do ponto de vista aritmético, a proposta final da ECT e do TST acrescenta valores fixos à remuneração dos trabalhadores ecetistas ou reflexos sobre adicionais atrelados ao salário-base e, quando confrontada com a inflação (que não dá sinais de queda), a proposta econômica indica que:

1) A partir de agosto de 2015 o acréscimo será de R$ 150,00;

2) A partir de janeiro de 2016, o acréscimo será de R$ 50,00 mais os reflexos da incorporação de R$ 100,00 aos anuênios, IGQP etc.;

3) A partir de maio de 2016, com a incorporação de 25% da GIP do ACT 2014/2015 ao salário-base, haverá acréscimo na remuneração apenas dos reflexos dessa incorporação sobre anuênios, IGQP etc.;

4) A partir de agosto de 2016, com a incorporação de 25% da GACT do ACT 2015/2016 ao salário-base, haverá acréscimo na remuneração apenas dos reflexos dessa incorporação sobre anuênios, IGQP etc.;

5) A partir de janeiro de 2017, a incorporação da última parcela de R$ 50,00 da GACT ao salário-base (que for acordado na próxima campanha salarial), que somente gerará acréscimos decorrentes de reflexos sobre anuênios, IGQP, AADC, etc.

O quadro abaixo contém, por faixas salariais, os ganhos e as perdas que os trabalhadores dos Níveis Médio e Superior obterão no período agosto de 2015 a janeiro de 2017.

Quadro de Ganhos (+) e Perdas (-) Salariais frente ao IPCA do IBGE				
Períodos	Faixas Salariais			
Ago/2015	NM-01 a NM-11	NM-12	NM-13 a NM-90	NS-01 a NS-60
	+1.68% a +0.15%	0.00%	-0.14% a -7.16%	-5.63% a -8.14%
Jan/2016	NM-01 a NM-09	NM-10 a NM-90		NS-01 a NS-60
	+1.65% a +0.06%	-0.13% a -9.74%		-7.76% a -11.00%
Mai/2016	NM-01 a NM-90			NS-01 a NS-60
	-1,78% a -12,79%			-10,88% a -14.01%
Ago/2016	NM-01 a NM-90			NS-01 a NS-60
	-4,41% a -15,12%			-13,26% a -16.31%
Jan/2017	NM-01 a NM-90			NS-01 a NS-60
	-8,86% a -19,07%			-17,30% a -20.20%

Em resumo, a categoria vai trabalhar ao longo dos próximos dezoito meses (agosto de 2015 a janeiro de 2017) com a certeza de que, em média, em virtude da corrosão do poder aquisitivo dos salários pela inflação, os do Nível Médio receberão apenas 16,4 remunerações (1,6 remunerações serão consumidas pela inflação) e os do Nível Superior receberão somente 15,9 (2,1 remunerações serão devastadas pela inflação).

Reajustamento dos Benefícios

Os benefícios Vale Refeição/Alimentação, Vale Cesta, Auxílio Creche etc. serão reajustados em 9,56% a partir de agosto de 2015.

A ECT fará, também, economia sobre as gratificações (quebra de caixa, adicionais de guichê e de tratamento, etc) que ficarão congelados até 31/12/2015.

Providências Pós Greve

A proposta da ECT e do TST também prevê o não desconto dos dias parados, mas estabelece um prazo de 90 dias para que sejam compensadas as horas que não foram trabalhadas pelos que participaram da greve. Para os que trabalham em jornada de 40 horas semanais o máximo de horas a ser compensado atinge 64 horas, enquanto para os que trabalham aos sábados, o máximo de horas a ser compensado atinge 68 horas.

A FENTECT precisará se reunir, urgente, com a ECT para discutir a operacionalização dessa compensação.

entrevista

O metrô de Belo Horizonte vai ser privatizado?

Entrevista com **Romeu José Machado Neto** – diretor do Sindimetro de Minas Gerais.

O metrô de Belo Horizonte é uma empresa pública federal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) vinculada ao Ministérios das Cidades. Nele são transportados cerca de 240 mil usuários por dia. Número que poderia ser bem maior se o serviço fosse estendido a outras áreas da Grande BH.

A CBTU hoje opera os metrôs em cinco Estados: *Recife, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.*

LPS – *Quantos funcionários trabalham no metrô de Belo Horizonte Hoje?*

Romeu - *O metrô de Belo Horizonte emprega 1.167 funcionários diretos e cerca de 1.000 terceirizados ou indiretos. As terceirizadas atuam nas áreas de manutenção, bilheteria, limpeza e conservação e na administração tem muito estagiário.*

LPS – *Quais são as ações do Sindicato para barrar a terceirização?*

Romeu – *Movemos ações contra a terceirização na manutenção e na bilheteria. Também já ganhamos uma ação para a área de segurança onde a empresa não pode mais contratar empresas terceirizadas e já foi feito concurso. Na bilheteria e na manutenção em um trabalho conjunto com o Ministério Público ganhamos as ações na esfera trabalhista contra a terceirização nos dois setores. No caso da bilheteria a CBTU já está obrigada a fazer concurso público mesmo que ela vá recorrer ao STF, a empresa já está proibida de fazer novos contratos com empresas terceirizadas e tem que fazer concurso público senão pode ser multada.*

LPS – *Ouvimos por parte do Sindicato que o metrô de Belo Horizonte está para ser privatizado, como e por que isso está acontecendo?*

Romeu – *Constitucionalmente o responsável pelo transporte é dos Estados e Municípios. A CBTU particularmente, tem uma Lei, a Lei 8.693 de agosto de 1993, que regula a transferência ou cisão dos metrôs de Belo Horizonte, Recife e do Rio Grande do Sul para os Estados. Os Estados assumiriam o metrô. O metrô de São Paulo, por exemplo, é administrado pelo Estado exceto a Linha Amarela onde foi uma concessão para a esfera privada. Mas a mudança para a esfera estadual não foi feita sob a Lei 8693.*

LPS – *Então o interesse de passar o metrô para a esfera estadual ou municipal é mais do governo federal?*

Romeu – *Certo, o governo federal quer se livrar do metrô, é como se fosse batata quente na mão deles. Enquanto o governo do Estado era do PSDB havia um embate político que dificultava as coisas porque o governo federal não faz Parceria Publico Privada (PPP) nesta área, ele quer é transferir para o Estado e este faz o que quiser. Agora o governo federal está condicionando o repasse de verbas se o Estado assumir o metrô. Foi assim que o governo do Estado de Minas Gerais apresentou uma proposta oficial ao governo federal, mas uma questão que está sendo de difícil solução é a questão dos passivos bem como a dos servidores, porque o Estado não quer assumir os servidores, quem trabalha na CTBU hoje não pode ser transferido para o Estado, ele não quer a folha de pagamento. O governo federal quer fazer uma sucessão trabalhista onde o Estado não poderia reduzir salários ou qualquer outro direito.*

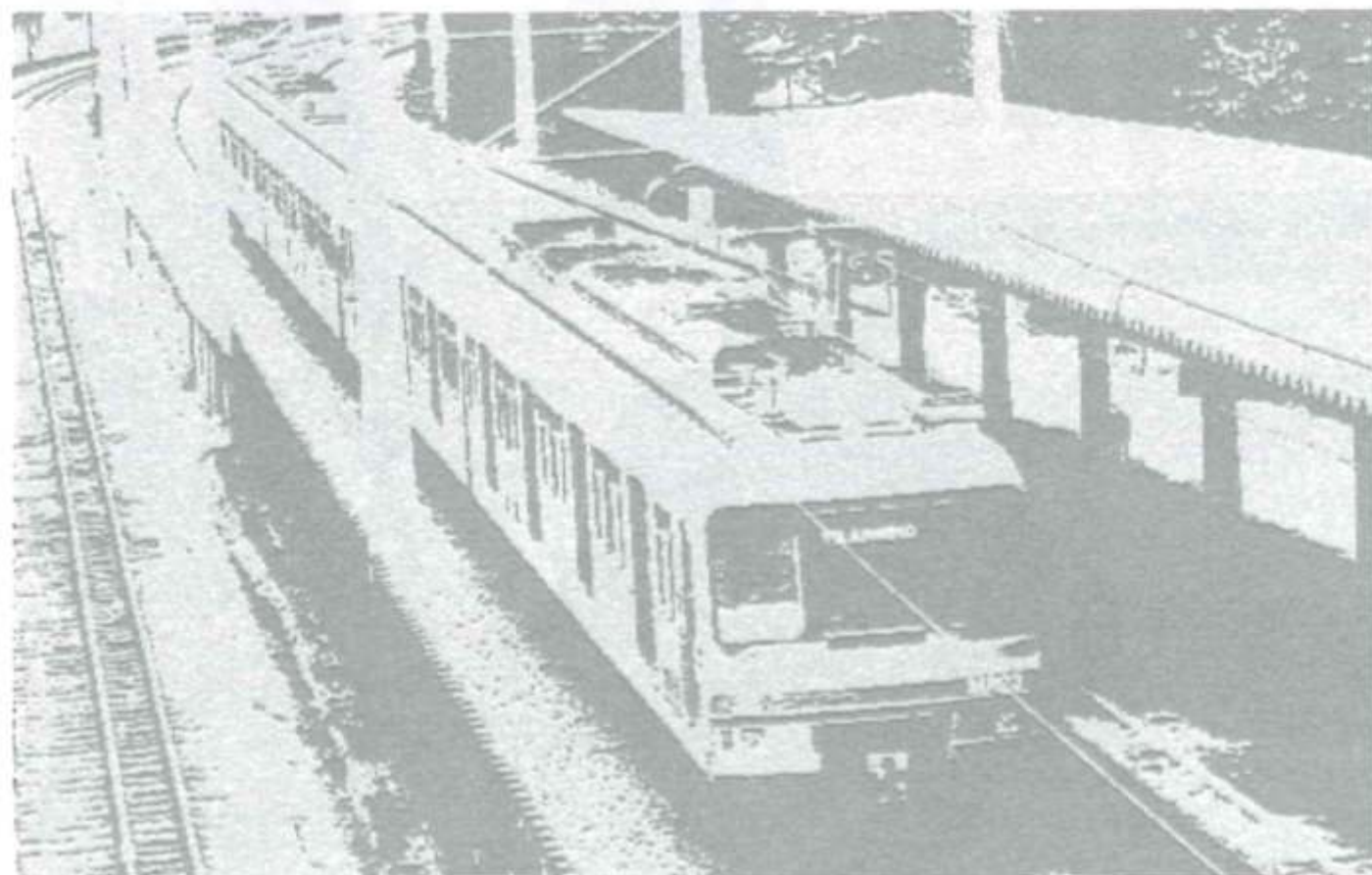
LPS – E por que o Estado não quer assumir estes trabalhadores?

Romeu – *Porque o objetivo do Estado é a privatização e assumir estes trabalhadores dificultaria. No Rio de Janeiro, por exemplo, onde o metrô foi estadualizado e imediatamente privatizado no início da década de 1990, quase 8 mil funcionários perderam o emprego. Os novos contratados tiveram salários bem menores. Hoje temos aqui em Belo Horizonte trabalhadores na área de segurança que vieram do Rio de Janeiro, porque entraram com processo de reintegração pela CBTU e ganharam, mas como a empresa não opera mais no Rio enviaram eles pra cá.*

LPS – *Então hoje existe uma proposta concreta de passar o metrô de Belo Horizonte para o governo do Estado de Minas Gerais?*

Romeu – *Sim, o governo do Estado está em negociação com o governo federal para assumir o metrô. O governo estadual fez uma proposta oficial em que se propõe a assumir o metro desde que o governo federal garanta recursos de 3,5 bilhões de reais para obras de modernização da Linha 1, no entanto não quer assumir os passivos que são as dívidas que a CBTU tem hoje com fornecedores, trabalhistas, tudo que for dívida e também não querem os funcionários, porque a intenção do governo do Estado é colocar nas mãos da iniciativa privada por meio de PPP.*

LPS – *Seria feito o mesmo que foi feito no Rio de Janeiro?*

Romeu – *No Rio foi feito privatização mesmo, direto. Eles distinguem PPP*

de privatização. Eu acho que o PPP é pior que a privatização. Quando privatiza todas as responsabilidades passam para a empresa que comprou, o ônus e o bônus ficam com a empresa privada. No caso do PPP a empresa só fica com o bônus, neste sistema não existe risco para o empresário, o risco fica todo para o governo. Portanto, o mais grave no PPP é que o usuário que também é contribuinte, paga duas vezes porque paga quando usa e paga quando dá prejuízo. No PPP o lucro do empresário está garantido em contrato, basta ver a PPP do Estádio do Mineirão ou do metro de São Paulo na Linha Amarela. Quem determina o valor da tarifa é a concessionária e não mais o governo. A tarifa do metro de Belo Horizonte é de R$1,80 há mais de 10 anos porque está sob o controle do governo. No caso do contrato da Linha Amarela em São Paulo está estabelecido que todo ano haverá reajuste mesmo que este não seja repassado para o usuário, o governo cobre com o dinheiro público o reajuste do transporte. Outro motivo pelo qual as empresas privadas manterão seus lucros é porque quando se faz o contrato trabalha-se com expectativas de quantas pessoas usarão o serviço, então mesmo que o número de usuários tenha sido muito abaixo, o governo estará obrigado a cobrir o que faltar. Veja bem: o metro ou o Estádio do Mineirão vazio não significa prejuízo para a empresa privada, o lucro é certo porque o governo é obrigado a cobrir o que faltar. E mais, se tiver um problema mais sério como um incêndio no metro ou um desastre natural quem vai pagar é o governo porque o contrato só trata da operação. A empresa privada não faz investimento nenhum. Portanto, este sistema do PPP é pior que a privatização direta. O primeiro lugar que se fez PPP foi no metro de Londres no governo de Margaret Thatcher. Passado algum tempo a empresa devolveu alegando prejuízo, o governo reassumiu, só que tinha um rombo de bilhões de libras para o governo pagar. A iniciativa privada só fica com o que dá lucro. Só tem um metrô no mundo hoje que é autossuficiente, o da Suíça.

> **A tarifa do metrô de Belo Horizonte é de R$1,80 há mais de 10 anos porque está sob o controle do governo.**

LPS – Nessa negociação entre o governo do Estado e o governo federal o Sindimetro foi convidado a participar?

Romeu – Não, nós inclusive estamos acionando o Ministério Público porque os que serão mais atingidos por tal mudança não estão participando das discussões. No processo de transferência é elaborado um modelo de gestão e nós queremos participar dele.

LPS – Parece que vocês vão participar de uma audiência pública em Brasília para tratar da questão...

Romeu – Sim, nós a solicitamos através de um deputado aqui de Minas Gerais, o Laudívio Carvalho, mesmo porque ele é da Comissão de Transporte na Câmara. Essa Audiência Pública vai ser no dia 6 de outubro em Brasília para discutir a falta de investimentos no metro de Belo Horizonte. Há mais de 10 anos não vinha dinheiro para investimentos no metro, o que veio agora é de uma briga muito mais antiga que são 10 composições novas que chegaram e que tem ar condicionado. O que tem vindo é o dinheiro para custeio e mesmo assim a conta gotas... Nessa Audiência Pública nós vamos pressionar para impedir a privatização do metro ou sua concessão, porque essas coisas vão ser ruins para os trabalhadores da empresa e principalmente para os usuários do serviço. Mas além disso estamos fazendo uma ampla campanha junto aos usuários e à população em geral sobre a necessidade de manter este serviço público, porque com a iniciativa privada o preço das passagens vão subir muito e os investimentos serão praticamente inexistentes.

entrevista

O que querem fazer com a PRODABEL?

Entrevista com Rosane Cordeiro – Diretora do Sindados/MG

A PRODABEL é a empresa pública municipal que processa e armazena os dados da prefeitura de Belo Horizonte. Ela existe desde 1974 e cumpre um papel muito importante na organização da prestação de serviços ao cidadão belo-horizontino. Mas, ao que tudo indica, se depender da atual administração a empresa deixará de existir. A LPS entrevistou a diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Informática do Estado de Minas Gerais, Rosane Cordeiro, sobre a questão.

LPS – É verdade que estão querendo privatizar a Prodabel?

Rosane – Os indícios são fortes, mas não é uma proposta direta de privatização. Assim como o Google

passou a ser o atual administrador do correio da administração municipal, que abriu mão do sistema desenvolvido pela Prodabel, assim também estão querendo fazer com os dados e informações hoje processados e armazenados nos data centers desta importante empresa pública.

LPS – Mas, então quais são as propostas de mudança agora?

Rosane – Pelo jeito estão querendo repassar para empresas privadas a hospedagem de dados, armazenamento, processamento, licenciamento, ou seja, quase tudo que a própria empresa faz. Esta decisão esvaziaria a empresa de suas funções e colocaria tudo nas mãos da iniciativa privada.

LPS – Quais os riscos desta operação para os cidadãos?

Rosane – Em primeiro lugar, deixar de ser uma empresa pública a guardiã destes dados e informações, empresa que não tem interesse comercial, pois não objetiva ter lucro, em si já é um risco, pois estamos falando de repasse do armazenamento para empresa privada. Segundo, estes dados hoje estão protegidos pelo arcabouço legal brasileiro; repassar para a iniciativa privada significa que o armazenamento pode ser feito em qualquer outro país do mundo, sujeito a legislação deste país, gerando a possibilidade de conflito internacional, sem contar que existem países que não nos permitirão o acesso as informações tal como acontece nos paraísos fiscais. Ou seja, saímos de uma condição de controle destes dados e do uso dos mesmos para uma situação de insegurança, onde os dados poderiam ser guardados em qualquer país do exterior e mesmo que tivéssemos leis que garantissem o sigilo, lá fora isso não estaria garantido.

LPS – Mas, mesmo os dados estando com a Prodabel não poderia correr o mesmo perigo?

Rosane – Não. Sendo a Prodabel uma empresa pública, sem interesse econômico de lucro com as informações e dados sigilosos dos cidadãos e da cidade sob sua responsabilidade, dificilmente estes dados seriam disponibilizados para pessoas ou empresas com interesses sobre eles. As informações têm grande valor financeiro e estratégico e se caírem em mãos erradas podem ser utilizadas para fins contrários aos interesses dos cidadãos. Os dados da cidade e das pessoas nas mãos de uma empresa privada seria um "negócio da China", pois poderia se utilizar deles para realizar negócios de seu interesse e das empresas suas amigas.

LPS – A quem interessa esta privatização peculiar que estão querendo fazer com a Prodabel?

Rosane – Grandes corporações como Google, Microsoft, IBM, Amazon. Os interessados neste tipo de negócio usam sua força e influência, inclusive pressionando os governos a entregarem estes dados. E as pessoas são ludibriadas com frases técnicas como "armazenamento dos dados em *nuvens*", dando a entender que trata-se de uma forma mais eficientes para se guardar estes dados, como se os datacenters da Prodabel já não fossem este tipo de armazenamento.

LPS – O que o Sindicato vem fazendo a respeito dessas possibilidades?

Rosane – Nos posicionamos contra a privatização ou terceirização de setores da Prodabel. Temos participado do debate mesmo quando tentam fazê-lo às escondidas, pois se não ficamos atentos até mesmo uma audiência pública, os interessados nesta manobra, transforma em secreta (pública só para os amigos). Ajudamos a convocar e participamos de uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte para debater e denunciar a questão. Publicamos 150 mil cartilhas que foram distribuídas à população mostrando que essa história de colocar os dados nas "nuvens" é muito perigoso para a cidade e seus cidadãos. Aproveitamos também para mostrar que a Prodabel executa de maneira eficaz, eficiente e responsável todo o serviço de processamento de dados do município, mesmo que os salários dos seus funcionários estejam bastante defasados.